

CAMPANHA SALARIAL

1/9
QUARTA-FEIRA
10h

Assembleia Geral Virtual vai discutir a nossa pauta interna e o retorno presencial

Link de Acesso: <https://meet.google.com/knf-nzpw-ozf>

Apesar da insistência das entidades em cobrar do Cruesp a negociação que garanta o reconhecimento das perdas e também dos benefícios, os reitores continuam se escorando nas medidas de Bolsonaro e Dória para não reconhecer que na impossibilidade de dar o reajuste neste ano, possa garantir a negociação para efetivar a partir de janeiro/2022.

Nessa toada se depender de Bolsonaro e Dória não teremos reajuste este ano e estaremos condenados a não ter no próximo, que é ano eleitoral.

A boa notícia é que a reitoria iniciou a negociação da Pauta Específica e já está em discussão as demandas das professoras DEdIC, os itens referentes ao atendimento de saúde da população negra e o transporte fretado.

Nas estruturas institucionais foi aprovada para este ano a realização do processo de progressão e promoção na carreira, com impacto financeiro previsto para janeiro/2022.

O reitor sinalizou com a possibilidade do retorno do ITN (Incentivo Trabalho Noturno), mas vinculado ao retorno ao trabalho presencial.

Apesar do avanço na pauta, os itens econômicos, como o auxílio alimentação e o vale refeição, ainda estão sem resposta. Por isso, é fundamental que você participe da **assembleia virtual na quarta-feira (01/09), às 10h**, que vai tratar das questões da pauta.

Plano de retorno

Quinta-feira passada (25) o STU solicitou à Coordenadora Geral da Universidade, Maria Luiza Moretti, uma reunião com urgência para tratar da GR 49/2021, que institui medidas adicionais, emergenciais e temporárias a respeito do

retorno ao trabalho presencial nos campi.

Com o pedido, seguiu o documento feito pela comissão do STU com a posição dos trabalhadores aprovada em assembleia.

A reitoria definiu que o dia 13/09 marca o retorno às atividades presenciais. Mas nossa assembleia já se posicionou que a prioridade deve ser a manutenção do trabalho remoto em função da grave situação da pandemia.

A recomendação é que nenhum documento condicionando ao retorno seja assinado pelo trabalhador, já que os compromissos entre funcionário e instituição estão firmados no contrato de trabalho.

Defendemos que a instituição deve cumprir seu papel de garantir as condições sanitárias e de equipamentos

adequados e não deve compactuar com aqueles que se recusam a tomar vacina e/ou cumprir as medidas sanitárias.

O documento orienta ainda sobre a necessidade de implantação de uma política sanitária que considere a complexidade de serviços como o transporte fretado e a DEdIC, ofereça atendimento psicológico aos funcionários e garanta transparência nos dados de funcionários contaminados, adoecidos etc.

A discussão do retorno presencial está na pauta da **assembleia virtual desta quarta-feira (1), às 10h**.

O documento com o posicionamento dos trabalhadores sobre a GR 49/2021 está disponível em www.stu.org.br.

BLOCO DO STU VOLTARÁ ÀS RUAS NO GRITO DOS EXCLUÍDOS

O **27º Grito dos Excluídos**, celebrado em **7 de Setembro**, chega num momento de grave crise sanitária, político-econômica e social que nos leva a ocupar as ruas para lembrar que a **“vida deve estar em primeiro lugar”**.

Neste ano, o lema da mobilização do **Dia da Independência**, é **“Na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda já!”**.

O protesto convocado pela Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), contra esse governo que não nos representa, é de unidade e participação ampla, aberta e plural de todos os setores pró vida.

O Grito dos Excluídos expressa nas ruas as vozes “silenciadas” pela política negacionista e genocida do Bolsonaro, que já matou quase 580 mil pessoas.

Juntam-se a esse lamento o grito das

mulheres, pessoas LGBTQIA+, indígenas, desempregados, negros, pessoas com deficiência, moradores de rua e outros excluídos que lutam para garantir participação, inclusão e o exercício dos direitos sociais.

Excluídos de Campinas

O **7º Grito dos/as Excluídos/as de Campinas e Região** acontece dia 7/9, a partir das 9h, no Largo do Rosário.

O protesto está sendo organizado por entidades sindicais, partidos, centrais, movimentos e frentes populares, conforme as orientações da Plenária Nacional do Grito.

Como na Greve Geral, de 18/08, estaremos com o **Bloco do STU** defendendo os serviços públicos e o fim da PEC 32, do PLC 26 e do confisco aos aposentados e pensionistas.

Apesar de ‘céu de brigadeiro’ nas finanças, Cruesp mantém arrocho salarial e ignora debate com comunidade sobre retorno seguro

Candidatíssimo ao Planalto, o governador João Doria foi à imprensa comemorar a performance do Produto Interno Bruto paulista. No primeiro quadrimestre de 2021, segundo aponta o *site* da Secretaria da Fazenda do estado, a partir de dados da Fundação Seade, o PIB de São Paulo aumentou 8,9% em relação a igual período do ano passado, sinalizando um crescimento de 6% a 7,6% para este ano. Os altos índices de desemprego – 14,7% no primeiro trimestre de 2021 – e a expectativa de elevação da inflação são preocupantes e lançam nuvens no cenário de uma retomada mais sustentável, mas é fato que o desempenho econômico, em meio à pandemia, surpreende.

A previsão inicial da Secretaria da Fazenda para a Quota-Parte do Estado (QPE) da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2021 era de R\$ 118 bilhões. A expectativa, agora, é que esse número seja superado, e muito, para algo entre R\$ 132 e R\$ 135 bilhões. Como os recursos para as universidades estaduais derivam do ICMS (9,57% da QPE), trata-se de uma ótima notícia.

A combinação do forte crescimento da arrecadação – um inesperado ‘céu de brigadeiro’ para as reitorias – com a política de arrocho salarial nos últimos anos vem empurrando o gasto acumulado com folha de pagamentos para a abaixo. Em julho/2021, o comprometimento das liberações financeiras das universidades com folha de pagamento, na média, ficou em 72,42% (71,03% na Unesp, 74,99% na Unicamp e 71,94% na USP). “Desde o advento da autonomia, em 1989, esse é um fato inusitado”, reconheceu o assessor econômico da Unesp, Rogério Buccelli, durante reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) em 11/8.

As reservas das universidades – o famoso “colchão” – devem chegar ao final do ano mais robustas que nunca.



Para o Fórum das Seis, é evidente que estes números têm relação direta com o verdadeiro massacre promovido sobre o poder aquisitivo dos salários e as condições de trabalho, notadamente agravadas pela falta de pessoal. No caso da Unesp, que não honrou o índice de 3% da data-base de 2016, o arrocho é ainda maior. Após anos de cobrança, a reitoria anunciou o pagamento dos 3% nos salários a serem recebidos em fevereiro/2022, mas sem retroativos; cálculos feitos por Adunesp e Sintunesp mostram que esse calote já causou um prejuízo correspondente a 2,5 salários para cada servidor/a.

LC 173: Leitura a favor do arrocho

Os reitores apoiam-se em suas interpretações particulares da Lei Complementar (LC) 173/2021 para alegar que estão impedidos de negociar qualquer coisa este ano.

A LC 173 é a lei que estabeleceu ajuda da União aos estados e municípios por conta da pandemia em 2020, e que embutiu algumas regras para prejudicar os servidores, como o congelamento de salários e benefícios até dezembro de 2021.

Mas os argumentos dos nossos reitores não se sustentam, especialmente pelo fato de que a LC se destina aos entes federados (estados, municípios, distrito federal) e não às universidades estaduais, que são autarquias de regime especial e detêm autonomia de gestão. Além disso,

ainda que se aplicasse às universidades – teoria com a qual as assessorias jurídicas dos sindicatos discordam firmemente – a LC abre exceções para o pagamento de itens acordados antes de sua criação. E a nossa reivindicação é, justamente, a reposição de inflação anterior à lei.

Estes e outros elementos, no entanto, estão em contradição com a decisão política das reitorias de manter o arrocho salarial, o que fica demonstrado pelo fato de sequer se disporem a discutir propostas para a recuperação futura das perdas, que impõem uma desvalorização brutal nos salários: somente para repor o poder aquisitivo de maio/2012, precisamos de uma correção de 29,81% em maio/2021. Num cenário de inflação em alta, como vivemos neste momento, o já defasado poder de compra dos nossos salários fica cada dia mais achatado.

GT salarial: Dificuldade de agenda ou descaso com as categorias?

O Fórum das Seis vem cobrando sistematicamente do Conselho de Reitores (Cruesp) o agendamento de reunião do grupo de trabalho formado entre as partes para formular alternativas para um plano de recuperação de perdas salariais e para um plano de valorização dos níveis iniciais das carreiras.

Embora o presidente do Cruesp e reitor da USP, professor Vahan Agopyan, tenha se comprometido a agendar esta reunião ainda em julho, isso não ocorreu.

Em ofício enviado ao Fórum das Seis em 24/8, após prolongado silêncio, Agopyan limita-se a dizer que está buscando “disponibilidade de agenda” para marcar a reunião do GT salarial (*veja ofício na próxima página*). Para além de eventuais dificuldades de calendário entre as reitorias, é evidente que a falta de “disponibilidade de agenda”, passados quase quatro meses da nossa data-base, pode ser traduzida como descaso e desrespeito!

Fórum cobra do Cruesp reunião sobre retorno presencial: Situação é urgente na USP e no Ceeteps



Em Ofício enviado ao Conselho de Reitores (Cruesp) em 17/8, o Fórum das Seis cobrou, mais uma vez, o agendamento de reunião para debater o retorno presencial nas universidades e no Centro Paula Souza, tema que é parte da Pauta Unificada 2021.

Em resposta enviada ao Fórum (abaixo) em 24/8, o Cruesp afirma que, “em razão das especificidades de cada Universidade, as questões concernentes ao retorno às atividades presenciais estão sendo tratadas no âmbito de cada instituição”. O problema é que **NÃO** estão sendo tratadas democraticamente com a comunidade.

O Fórum insiste na necessidade de discussão conjunta no âmbito do Cruesp, dadas a importância e a urgência do tema, que envolve a segurança sanitária e a vida do conjunto da comunidade acadêmica. É

preciso que as partes dialoguem sobre o assunto para estabelecer parâmetros gerais para as instituições. Posteriormente, o tema poderá ser debatido mais especificamente no âmbito de cada instituição.

Frente à pressão evidente do governador João Doria, que decidiu “acabar” com a pandemia por decreto, anunciando uma ampla flexibilização das medidas restritivas no estado nos próximos meses – apesar dos alertas de especialistas quanto à rápida expansão dos casos de contaminação pela variante delta – as universidades e o Centro Paula Souza, na qualidade de instituições públicas de ensino e pesquisa, deveriam caminhar em sentido contrário.

Mas não é o que vem acontecendo. Na USP, a comunidade acadêmica foi pega de surpresa com a determinação de

retorno presencial para as/os funcionárias/os a partir de 23/8 e para estudantes a partir de 4/10, a princípio somente para pessoas com ciclo vacinal completo. Posteriormente, em nova portaria, a reitoria informou que os dirigentes de unidades estão autorizados a convocar funcionária(os), docentes, estudantes e estagiária(os) apenas com a primeira dose.

Em plenária dos três segmentos da USP, realizada em 23/8, com cerca de 500 participantes, foi aprovado um manifesto intitulado “**Por um retorno seguro, democraticamente planejado**”, que pode ser conferido em <https://www.adusp.org.br/files/manifplen3set20210823.pdf>. O documento é assinado pela Adusp, Sintusp, DCE Livre da USP, centros acadêmicos, entidades de pós-graduandos e outras. O manifesto destaca que a questão não é sobre a vontade ou não de retornar presencialmente. “Somos contra a volta presencial neste momento e entendemos que o ensino remoto é apenas emergencial, viável só durante a pandemia para garantir a segurança do corpo universitário.”

No Centro Paula Souza, que mantém as escolas técnicas (ETECs) e Faculdades de Tecnologia (FATECs), a determinação pelo retorno às aulas presenciais em 2/8 levou à decretação da greve sanitária. Grevistas seguem ministrando suas aulas e fazendo o trabalho remotamente. Nas unidades que decidiram retornar ao ensino presencial, de acordo com relatos do Sinteps, sindicato que representa a categoria, já há casos de Covid-19 em cerca de 50 unidades, o que leva a um seguido abre/fecha das escolas e à exposição de toda(os) aos riscos de contaminação.

No momento em que a média de mortes no Brasil segue em torno de 800 diárias, cerca de 300 óbitos só em São Paulo, de acordo com sites oficiais, e a imunização completa alcança pouco mais de 30% no estado, o grande temor é que o retorno presencial precipitado nas escolas e universidades contribua drasticamente para o recrudescimento da mortal pandemia de Covid-19.

Neste cenário, o Fórum das Seis conclama, mais uma vez, o Cruesp a encampar o processo por um retorno seguro e democraticamente construído com as comunidades.



São Paulo, 24 de agosto de 2021.

Ofício CRUESP nº 15/2021

Prezado Senhor

Ao cumprimentá-lo cordialmente, refiro-me ao Ofício Fórum das Seis nº 14/2021, de 17.08.2021, para informar e esclarecer o que segue.

Com relação ao item 1 da mencionada correspondência, reitero o entendimento já manifestado pelo CRUESP, no sentido de que, em razão das especificidades de cada Universidade, as questões concernentes ao retorno às atividades presenciais estão sendo tratadas no âmbito de cada instituição.

No que diz respeito ao item 2 do mesmo ofício, informo que, tão logo haja disponibilidade de agenda, será marcada uma reunião para tratar do assunto.

Atenciosamente,

Vahan Agopyan
Presidente do CRUESP

Ofício do Cruesp ao Fórum, após pedido de reunião do GT salarial (matéria na primeira pág.) e reunião para debater retorno presencial

Ato/plenária em 18/8 fortaleceu luta contra a PEC 32, o PLC 26 e o arrocho salarial

No dia 18 de agosto, o funcionalismo público protagonizou protestos presenciais e virtuais em todo o Brasil. O dia de protesto contra a reforma administrativa foi convocado por todas as centrais sindicais e pela Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades que compõem o Fórum das Seis.

Para marcar o dia, o Fórum promoveu um ato/plenária virtual pela manhã, reunindo servidora(es) e estudantes das Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza. Além do protesto contra a PEC 32/2020 (de Bolsonaro/Guedes, que tramita no Congresso Nacional) e contra a minirreforma que está em pauta na Assembleia Legislativa (o PLC 26/2021, de Doria), a atividade também foi uma via para demonstrar a indignação contra o arrocho salarial, por melhores condições de trabalho e estudo e por segurança sanitária.

A gravação da atividade pode ser conferida no Youtube, em <https://youtu.be/LCJkWBvRXvMM>

PEC 32 avança no Congresso. É hora de aumentar a pressão

A proposta de emenda constitucional (PEC) 32/2020, mais conhecida como **Reforma Administrativa**, representa um grande ataque à população brasileira, pois promove o desmonte dos serviços públicos e a retirada de diversos direitos e garantias dos servidores e servidoras, atuais e futuros, abrindo espaço para a privatização e a corrupção.

Se aprovada, a PEC 32 trará grandes retrocessos como a perda de estabilidade, o aumento das contratações por apadrinha-



mento político, a redução dos investimentos em serviços essenciais como saúde e educação e a privatização de muitos dos serviços públicos essenciais à população.

Passado o dia de luta em 18 de agosto, novas jornadas de resistência virão. Fique atenta/o às convocações dos sindicatos. E siga pressionando deputada(o)s federais a rejeitem a PEC 32. Você pode enviar mensagens a elas/eles em suas redes sociais. Isso pode ser feito no seguinte endereço:

<https://napressao.org.br/campanha/diga-nao-a-reforma-administrativa>

PLC 26 avança na Alesp: Frente Paulista organiza reação

Enviado pelo governador João Doria à Assembleia Legislativa (Alesp) em 5/8/2021, o projeto de lei complementar (PLC) 26 vem sendo considerado uma minirreforma administrativa em São Paulo. Na tentativa de superar o governo Bolsonaro, Doria quer aprovar alguns ataques antecipados ao funcionalismo paulista.

O PLC 26 visa confiscar direitos – como as faltas abonadas e a correção anual pelo IPC do adicional de insalubridade, entre outros – e criar critérios rígidos para o usufruto de outros, como o abono de permanência, que também teria menores valores.

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades que compõem o Fórum das Seis, está organizando atividades de mobilização contra o PLC 26. Fique de olho e participe!

FLASHES DE 18/8/2021



Pessoal da USP, durante manifestação em Ribeirão Preto



Acima, ato na Praça da República, em SP



Foto: Kiko/STU



Foto: Kiko/STU

À esquerda, atividades na Unicamp. Logo acima, pessoal da Unesp em Botucatu